

Número 67  
Maio de 2008

## **Política de Desenvolvimento Produtivo Nova Política Industrial do Governo**

# Política de Desenvolvimento Produtivo – Nova Política Industrial do Governo

## 1. Introdução

A Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, lançada pelo governo em meados de maio de 2008, retoma a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, apresentada à nação em março de 2004. A PDP tem maiores pretensões no sentido de sua abrangência, profundidade, articulações, controles e metas.

Tanto a política ora anunciada quanto a anterior estruturam-se na confluência dos interesses públicos e privados, reservando ao primeiro a responsabilidade de facilitar os empreendimentos a partir de medidas de cunho tributário/fiscal, creditício, burocrático e regulatório.

O PDP, a exemplo do PITCE, é um conjunto (mais complexo) de medidas que visam ao fortalecimento da economia do país, tendo como base o setor secundário, ou seja, a indústria. Trata-se de um conjunto de intenções que, se executado, deve alterar o patamar de produtividade da indústria brasileira e seu grau de competitividade, gerando reflexos para toda a sociedade.

Vale lembrar, no entanto, que o PITCE não obteve o resultado esperado quando de seu lançamento. Não conseguiu articular as diversas instâncias públicas que concorreriam com seu êxito e, também, por sua timidez e pouca abrangência, não empolgou a iniciativa privada. Seu legado foi a instituição de alguns marcos legais que favoreceram restritos setores da economia e a criação de linhas de créditos do BNDES para esses mesmos setores<sup>1</sup>. Portanto, medidas pontuais que, dadas suas limitadas abrangências, não devem ser caracterizadas como Política Industrial, conforme a pretensão do Governo àquela época.

---

<sup>1</sup> Marcos legais: Lei da Inovação (10.973/2004); Lei do Bem (11.196/2005); Lei da Biossegurança (11.105/2005) e Política de Desenv. da Biotecnologia (6.041/2007).  
Os financiamentos do BNDES limitaram-se a linhas de crédito como o Profarma e o Prosoft.

Dada a evidente frustração da PITCE, o governo reconhece, com a PDP, a necessidade de *“uma estrutura de governança que define, com clareza, responsabilidades pela execução e gestão de cada programa e indica a necessidade de fortalecer mecanismos de coordenação intragovernamental. Este é o maior desafio para esta política: alcançar efetividade na coordenação de ações entre distintas instituições públicas.”*

Por fim, a nova Política Industrial afirma *“a prevalência do interesse nacional: o investimento, o emprego, a produção local e a inserção internacional competitiva, descartando proposições pré-concebidas, em favor de iniciativas pragmáticas e adequadas à complexidade da economia brasileira e a seus desafios contemporâneos”*.

## **2. Política de Desenvolvimento Produtivo – “Inovar e investir para sustentar o crescimento”**

Sustentar o crescimento parece ser a missão da PDP. O bom desempenho da economia nos tempos recentes confirma a necessidade de medidas que aproveitem o momento, estendendo-o e aprofundando-o. Mesmo crescendo abaixo de sua potencialidade e em níveis inferiores à maioria dos emergentes, o Brasil vem passando por um longo ciclo de crescimento. *“Em dezembro de 2007 completaram-se 23 semestres consecutivos de expansão industrial, 15 trimestres de ampliação do consumo e, aspecto distintivo do momento atual, 13 trimestres seguidos de crescimento do investimento – expansão sempre superior, nos últimos dois anos e meio, à observada pelo PIB. Compõem, ainda, esse quadro positivo, a robusta expansão dos mercados de crédito e de capitais e a ampliação dos lucros das empresas, do emprego e da massa salarial em todos os setores da economia brasileira”*.

Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão da economia, outras variáveis, de igual importância, apontam para a real possibilidade de um crescimento longo e sustentável. No documento em que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apresenta a nova Política Industrial, lê-se que *“a consolidação da estabilidade e da previsibilidade da economia, reconhecida com a*

*elevação do Brasil à categoria de grau de investimento, e refletida no cumprimento das metas de inflação, na obtenção de superávits comerciais, na acumulação de divisas, na redução dos indicadores de endividamento público e na melhora da distribuição de renda, estão em curso as condições para que a economia brasileira entre em um período de crescimento sustentável”.*

O governo, como não poderia ser diferente neste momento, apresenta um quadro positivo e otimista da economia, fato que justifica a publicação das medidas. Neste ponto deve-se reconhecer a iniciativa como positiva, uma vez que parcela importante dos formadores de opinião cobra, constantemente, um projeto concreto de desenvolvimento. Esta seria a resposta do governo, uma vez que ele enfatiza que essa Política Industrial, pela sua abrangência, deverá contemplar e beneficiar todos os segmentos produtivos e, como consequência, toda a Nação.

Ao publicar a PDP, no entanto, alguns aspectos importantes relacionados à economia não foram abordados. As questões mais agudas são a excessiva valorização cambial; a reversão da tendência de baixa das taxas de juros; a retomada do processo de elevação de preços; a preocupante queda dos saldos comerciais que ameaça o equilíbrio externo; a ainda elevada relação dívida/PIB; o perfil pouco confortável da dívida pública; a baixa capacidade de investimento do setor público; a confusa e injusta estrutura tributária e, por fim, a limitada disponibilidade e qualidade da infra-estrutura, tanto no que diz respeito às logísticas de transporte, comunicação, energia, quanto de saúde, saneamento, educação, qualificação profissional etc. Os investimentos no setor de infra-estrutura de logística, a cargo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda não se efetivaram conforme o planejado. O PAC ainda não se articulou de forma a apresentar resultados concretos e coerentes com as dimensões com as quais foi anunciado. Este fato gera certo ceticismo quando se assiste ao lançamento de mais um programa cujo responsável por sua efetividade é o governo.

Porém, pelo que se conclui da leitura da PDP, as inquietações elencadas não são alheias aos seus formuladores. Mesmo que não estejam explícitas, ou que, para o anúncio das medidas, tal abordagem não fosse pertinente, é possível perceber certa preocupação quanto à possibilidade de reversão do cenário ora favorável. Essa postura

fica visível quando são relacionados os **desafios** para a execução do plano. Comentando que “*a longevidade da expansão em curso não deve ser vista como um resultado já assegurado... mormente em face dos riscos derivados da crise financeira mundial*”, citam “*quatro desafios [que] devem ser enfrentados*”:

- Ampliar a capacidade de oferta para enfrentar uma demanda em expansão, evitando pressões inflacionárias devido à formação de gargalos. Para tanto, é necessário manter a taxa de expansão dos investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) superior à taxa de crescimento do PIB;
- Preservar a robustez do balanço de pagamentos, afastando o padrão observado no passado pelo qual o setor externo foi, de forma contumaz, origem de restrição ao crescimento;
- Elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, indispensável para agregar valor aos produtos nacionais, ampliar a competitividade das empresas no mercado doméstico e fortalecer a inserção externa do país;
- Amplificar os efeitos competitivos e distributivos do atual ciclo de expansão. Assim, é preciso alargar as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas (MPEs), condição básica para induzir maior crescimento do emprego e a inclusão social.

### 3. Metas

Segundo o documento publicado, o fortalecimento “*da interlocução com o empresariado é decisivo para a operacionalização da PDP.*” Essa interlocução deve ser acompanhada de compromissos transparentes entre o setor público e o privado, para que “*os programas e objetivos da Política possam ser adequadamente monitorados e avaliados*”. Serão, então, estabelecidas metas quantitativas, em dois níveis:

1. Macrometas ou Metas-país e
2. Metas Específicas.

As **Macrometas** não fazem distinção de setores e podem ser consideradas como “ações sistêmicas” pela sua abrangência e, uma vez implementadas, interferem nas

deficiências sistêmicas (ou Custo Brasil). As Macrometas, a serem cumpridas até 2010, são:

- **Aumento da Taxa de Investimento.** Diz respeito à ampliação do investimento fixo, tendo como medida a relação investimento/PIB. Essa relação era de 17,6% (R\$ 450 bilhões) em 2007 e a meta proposta para 2010 é de 21,0% (R\$ 620 bilhões). Média anual de 11,3% entre 2008 e 2010.
- **Elevação do gasto privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).** A medida proposta é semelhante à anterior: P&D privado/PIB. Em 2005 essa relação era de 0,51%, ou R\$ 11,9 bilhões. A meta proposta para 2010 é de 0,65%, ou R\$ 18,2 bilhões. Crescimento médio anual de 9,8% entre 2007 e 2010.
- **Ampliação da participação das exportações brasileiras.** O objetivo é aumentar o peso das exportações brasileiras no total das exportações mundiais. O Brasil contribuía, em 2007, com 1,18%, ou US\$ 160,6 bi. A meta para 2010 é aumentar a participação para 1,25%, ou US\$ 208,8 bi. Crescimento médio anual de 9,14% entre 2008 e 2010.
- **Dinamização das Micro e Pequenas Empresas (MPEs).** Aumentar a quantidade de MPEs exportadoras. Eram 11.792 MPEs em 2006 e, segundo a meta, serão 12.972 em 2010. Um aumento, portanto, de 10,0%. Entende-se, então, que dinamizar significa capacitá-las para competir no mercado externo. Mas, apesar de “representarem 96% das empresas industriais e 20% do PIB (2005) e terem uma participação expressiva na geração de emprego no País”, as MPEs de serviços (*exceto softwares*) ou que produzem bens somente para o mercado interno não estariam contempladas pelos benefícios da Política

**As Metas Específicas** (ou Metas por Programas Específicos) referem-se aos objetivos que se pretende atingir em cada um dos programas da Política.

- **Ações Sistêmicas:** focadas em fatores geradores de reflexos positivos para o conjunto da estrutura produtiva e que ultrapassam o nível da empresa e do setor, direcionadas ao enfrentamento de restrições sistêmicas, como os relacionados às questões fiscal-tributárias; financiamento ao investimento e à inovação e da segurança jurídica (contratos e marcos regulatórios). Enquadram-se nas ações sistêmicas o aumento dos recursos do BNDES para a indústria (até R\$ 210 bi); a redução em 20% do *spread* médio do BNDES nas operações de financiamento, com destaque para o setor de Bens de Capital, cujo *spread* passará dos atuais 1,5% a.a. para 0,9% a.a.; prorrogação da depreciação acelerada para novos investimentos (*que reduz o lucro contábil no curto prazo, com reflexos positivo no fluxo de caixa e no recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL*); redução para 12 meses, do prazo de recuperação dos créditos acumulados de PIS-PASEP e Cofins na compra de máquinas e equipamentos (*aumento da disponibilidade de caixa da empresa e, portanto, do capital de giro*). Ainda, as ações coordenadas com o PAC que, por meio de investimentos públicos e privados, procuram reduzir as restrições nas áreas de energia, transporte e logística; o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e o Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, entre outros.
- **Destaques Estratégicos:** temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do país no longo prazo. Foram eleitas seis áreas consideradas estratégicas para o PDP:
  1. Regionalização, devido à nova distribuição geográfica da indústria;
  2. MPEs, capacitação para o mercado externo e geração de postos de trabalho;
  3. Exportação, ampliação e diversificação com vistas a manter o equilíbrio do setor externo, vital para o crescimento sustentado;
  4. Integração produtiva com a América Latina e Caribe, com o aumento da articulação com as cadeias produtivas dessas áreas e com foco no Mercosul;
  5. Integração com a África no sentido de aproveitar a presença de grandes empresas brasileiras naquele continente para aumentar a corrente de comércio e a integração produtiva
  6. Produção sustentável, que diz respeito à preservação do meio ambiente.

- **Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos:** A diversidade da estrutura produtiva, num contexto de acelerada integração econômica mundial e intensas mudanças tecnológicas, dificulta o reconhecimento das fronteiras entre as diversas atividades econômicas. Esse fato requer que as antigas abordagens de análise, que faziam as delimitações utilizando categorias como setores, cadeias, segmentos e complexos produtivos, sejam revistas na medida em que não mais respondem à velocidade e complexidade da dinâmica de integração da produção e do comércio hoje vigentes. Dessa forma, a escolha de setores prioritários para eventuais ações torna-se menos exata, o que demanda uma postura mais abrangente e inclusiva. Devido à extensa e complexa estrutura produtiva doméstica e à presença de um robusto mercado interno em franca e acelerada expansão, as decisões de política devem ser tomadas de forma a não subaproveitar recursos, além de respeitar os estágios de desenvolvimento de cada um dos sistemas produtivos eleitos. De igual importância e no sentido de se buscar eficiência, o governo e as agências públicas de financiamentos deverão favorecer, tanto em termos de desoneração fiscal, quanto de volumes de recursos, as áreas cujo desenvolvimento produza maiores impactos para toda a economia.

*“Com base nessa premissa, o detalhamento dos Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos... estabeleceu cinco estratégias distintas”.*

1. Liderança Mundial: posicionar e/ou ratificar sistemas produtivos ou empresas brasileiras entre os cinco maiores do mundo. Essa meta é factível nas áreas de mineração e siderurgia, indústria aeronáutica e complexo produtivo do etanol;
2. Conquista de Mercados: posicionar ou manter um sistema produtivo entre os principais exportadores mundiais. Os bens de consumo duráveis e os bens de capital seriados estão nessa estratégia.
3. Focalização: ou especialização para construir e consolidar a competitividade em áreas de alta densidade tecnológica. Essa estratégia abrange o complexo de tecnologia de informação, o complexo industrial da saúde e a indústria de capital sob encomenda.



4. Diferenciação: ou valorização da marca, com o objetivo de posicionar empresas e marcas brasileiras entre as cinco principais do mundo. Enquadram nesse item as indústrias de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis.
5. Ampliação de Acesso: maior acesso da população aos bens e serviços da economia, atingindo, assim, o “consumo de massas”. Estão contidos neste ponto o serviço de banda larga, bens de consumo duráveis e não-duráveis e a construção civil.

Neste ponto já é possível estabelecer um nexos lógico que conduz a Política de Desenvolvimento Produtivo.

**Objetivo central da Política > Desafios > Metas > Políticas (sistêmicas, estratégicas e estruturantes).**

Essas são as linhas gerais ou a superestrutura que orienta a PDP. Não há, exatamente, hierarquia no que se denominou de Macrometas e Metas Específicas. Existem entrelaçamentos, complementaridades. As Metas, de características quantitativas e qualitativas, se tornarão realidades a partir de políticas integradas e harmônicas e, nesse nível, as ações serão desenvolvidas.

Mais especificamente, os setores ou complexos sobre os quais a PDP dirigirá esforços, são:

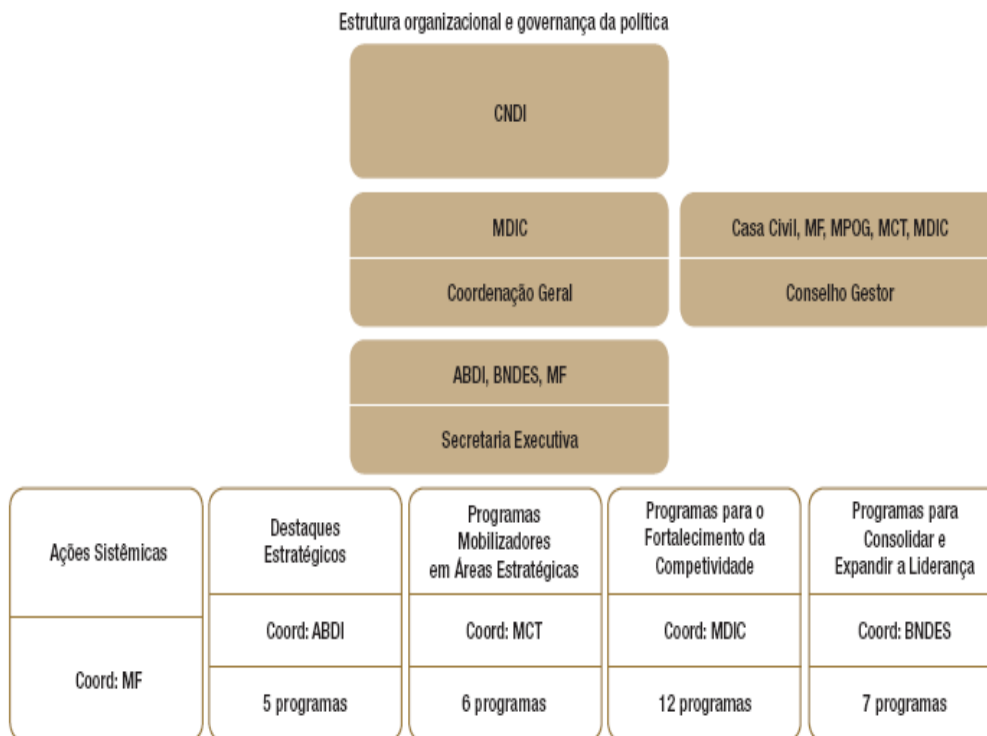
- **Áreas Estratégicas:** Complexo Industrial da Saúde; Tecnologia de Informação e Comunicação; Energia Nuclear; Complexo Industrial de Defesa; Nanotecnologia e Biotecnologia.
- **Fortalecimento de Competitividade:** Complexo Automotivo; Bens de Capital; Têxtil e Confecções; Madeira e Móveis; Higiene, Perfumaria e Cosméticos; Construção Civil; Complexo de Serviços; Indústria Naval e Cabotagem; Couro, Calçados e Artefatos; Agroindústrias; Biodiesel; Plásticos e outros.
- **Consolidar e Expandir Liderança:** Complexo Produtivo do Bioetanol; Petróleo, Gás Natural e Petroquímica; Complexo Aeronáutico; Mineração; Siderurgia; Celulose e Carnes.

#### **4. Coordenação e Gestão**

Dispensável lembrar que esta tarefa é a mais intrincada e delicada da Política. A razão é bem simples, pois experiências anteriores nos mostraram que, em programas mais modestos e de cunho setorial, como os Fóruns de Competitividade e mesmo o próprio PITCE, os objetivos não foram alcançados na proporção que se pretendia. Nessas tentativas de se organizar uma política industrial, a despeito dos esforços do MDIC e/ou do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), as iniciativas esbarravam, invariavelmente, na lógica da política econômica comandada pelo Ministério da Fazenda e Bacen. Muito embora o atual Ministro da Fazenda pareça mais simpático a políticas de desenvolvimento que os anteriores, os pressupostos que garantem o equilíbrio macroeconômico do país não serão sacrificados. Nos últimos anos, desde a implantação do Plano Real, em 1995, a estabilização da economia sempre foi preservada, muito embora houvesse vozes dentro do governo que discordassem da rigidez da política monetária para obtê-la. Nada garante que desta vez será diferente, vide a retomada da alta das taxas de juros básicas ocorrida recentemente.

Há disputas políticas dentro do governo e pontos de vistas conflitantes. Mesmo que os coordenadores da PDP e parcela do empresariado, da sociedade e mesmo do Movimento Sindical enxerguem na presente proposta de política industrial uma oportunidade real de desenvolvimento sustentado, os indicadores do setor externo e de níveis de preços estarão sempre presentes, lembrando que a estabilidade é prioridade zero.

## Estrutura Organizacional e de Governança da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)



### 5. Conclusão

A PDP é abrangente e ambiciosa. Talvez, não em termos de valores, mas de amplitude, possa ser comparada, no que diz respeito ao setor secundário, a outros planos que marcaram a história do país. Dada sua extensão e complexidade, o gerenciamento e coordenação são fundamentais para que, nesses três anos, as metas sejam alcançadas.

Poucos setores ou complexos produtivos ficaram de fora do plano. Apesar das ênfases dadas ao setor externo e ao de alta tecnologia, traços que também caracterizavam o PITCE, a PDP não foi indiferente às dificuldades enfrentadas por segmentos industriais muito sensíveis ao câmbio, casos dos setores moveleiro, têxtil, de confecção e de couro e calçados. Contempla, ainda, apesar de fazê-lo de forma restrita, incentivos fiscais e financeiros às MPES, responsáveis pela criação de grande parte do emprego na indústria.

Importante salientar a preocupação com o aumento do acesso da população ao mercado de bens e serviços. O consumo de massa, como sabemos, é característica das grandes economias capitalistas, que têm na classe média um importante sustentáculo de

mercado interno e de dinâmica econômica. Além disso, o consumo de massa permite ganhos de escala na produção, com conseqüente barateamento dos preços praticados e aumento da competitividade da indústria em particular e da economia em geral. Esse aumento de competitividade pelo ganho de escalas torna, também, os produtos nacionais mais competitivos nos mercados internacionais.

Claro está que, a exemplo do PITCE e diversamente de outros planos industriais ou de desenvolvimento, o setor público não participa como empreendedor, mas, sim, como grande incentivador e fomentador, via oferta de crédito em maior volume e em melhores condições; isenções e subsídios fiscais e medidas administrativas que facilitam a rotina, principalmente, das empresas exportadoras.

Assim, a motivação e participação do setor empresarial privado são vitais para o sucesso da PDP. É a partir da organização e administração desse entrosamento que se encontrarão possibilidades efetivas de conquista das metas.

Há que se registrar, também, a ausência dos trabalhadores nas várias etapas do plano. Eles sequer aparecem como simples destinatários de alguma das metas estabelecidas. A parceria do setor privado com o setor público, fundamental para a concretização da PDP, segundo seus formuladores, restringe-se ao capital. Temas como metas de emprego, renda, saúde e segurança, ganhos de produtividade, formas de contratação e outros aspectos caros aos trabalhadores não fazem parte explícita da formulação da PDP. Não há previsão da participação direta dos trabalhadores e de suas entidades representativas fortalecendo o diálogo social como instrumento de implementação do plano. Essa postura causa certa estranheza, uma vez que as discussões tripartites sobre assuntos dessa natureza têm sido mais do que uma rotina, mas uma orientação política importante do atual governo.

Para citar um exemplo, a desoneração de parte das obrigações previdenciárias concedidas aos setores exportadores ligados à indústria da informática é uma discussão pertinente ao trabalhador. A decisão de beneficiar um segmento da atividade econômica com subsídios previdenciários, não deve ser tomada sem que os diretamente interessados, aqueles que contribuem para a previdência sejam consultados, mesmo havendo previsão de compensação da renúncia fiscal.

Por fim, mas não menos importante, falta qualquer menção aos prováveis impactos que uma “alavancagem” industrial dessa magnitude pode causar ao meio ambiente, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, espaço de grande concentração industrial, já extremamente problemáticas.

## ANEXO

### Síntese Quantitativa e Qualitativa das Macrometas

#### 1ª) Ampliação do Investimento Fixo de 17,6% para 21,0% do PIB.

- Ampliação do *funding* do BNDES, com desembolso total projetado para a indústria e serviços entre 2008 e 2010 de R\$ 210,4 bilhões
- Eliminação do IOF (0,38%) nas operações de crédito do BNDES Finame e FINEP
- Redução de IPI para setores selecionados
- Redução do prazo de apropriação de crédito PIS/Cofins derivados da aquisição de bens de capital de 24 para 12 meses
- Redução de 20% no *spread* básico do conjunto de linhas de financiamento do BNDES, de 1,4% para 1,1% ao ano
- Criação de Fundo de Garantia para construção naval, para garantir risco de crédito das operações
- Isenção de IPI e PIS/Cofins na produção de peças para utilização em estaleiros nacionais.

#### 2ª) Elevar Gastos (privados) com Pesquisa e Desenvolvimento de 0,51% para 0,65% do PIB.

- Subvenção econômica à inovação no valor de R\$ 325 milhões
- Nova linha de inovação tecnológica para apoiar projetos de pesquisa e inovação
- Financiamento do Finep de R\$ 470 milhões em 2008
- Redução da contribuição patronal para a seguridade social sobre a folha de pagamento de até 10% e da contribuição para o sistema S para até zero (de acordo com a participação das exportações no faturamento de empresas do setor de *software* e de tecnologia da informação)
- Dedução em dobro das despesas que fazem parte da base de cálculo do IR e CSLL e que estejam relacionadas com programas de capacitação de pessoal de empresas de *software* e de tecnologia da informação
- Novo Prosoft – Investimentos de R\$ 1 bilhão entre 2008 e 2010

- Dedução, para empresas de informática, da base de cálculo do IR e CSLL, dos dispêndios relativos à P&D

### **3ª) Aumentar a Participação das Exportações Brasileiras no Comércio Mundial de 1,18% (2007), para 1,25% até 2010**

- Proex financiamento: (1) Ampliação da dotação orçamentária para 1,3 bilhão em 2008; (2) Ampliação para R\$ 150 milhões do limite de faturamento das empresas habilitadas a captar recursos do programa; (3) Extensão dos prazos de financiamento para bens dos setores têxtil, confecção, madeira e móveis, calçados e couro
- Proex equalização (juros): (1) Elevação do limite de dispêndio atual com equalização em operações entre empresas de US\$ 10 milhões para US\$ 20 milhões por empresa; (2) Extensão do prazo de financiamento para os bens dos setores têxtil, confecção, madeira e móveis, calçados e couro
- Novo Revitaliza Exportações: (1) Equalização das taxas de juros (7,0% ao ano) e bônus de adimplência de 20,0%; (2) Ampliação da dotação do programa de R\$ 300 milhões para R\$ 9 bilhões por ano até 2010
- Ampliação do *drawback* verde amarelo: (1) Suspensão do pagamento de Pis/Cofins na compra de insumos destinados à industrialização de bens exportados; (2) Redução a zero do IR incidente sobre remessa ao exterior para pagamentos de serviços de logística de exportação; (3) Redução a zero do IR incidente em pagamentos de despesas de promoção comercial associados à exportação de serviços, remetidos ao exterior
- Simplificação Operacional do Comércio Exterior: (1) Inclusão do regime aduaneiro de entreposto industrial sob controle informatizado como possibilidade do regime aduaneiro especial de depósito alfandegário certificado (DAC)
- Siscomex: (1) Elevação do valor máximo das operações de pequena monta para habilitação simplificada para US\$ 300 mil por semestre

**4ª) Elevar o Número de Micros e Pequenas Empresas Exportadoras – MPEs de 11.792 em 2006 para 12.972 em 2010**

- Extensão do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) às MPEs com exportações anuais de até R\$ 1 milhão
- Ampliação para US\$ 50 mil dos limites da Declaração Simplificada da Exportação (DSE) e do Câmbio Simplificado.

Rua Ministro Godói, 310  
05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 - Fax (11) 3874-5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

#### **DIEESE**

##### **Direção Executiva**

João Vicente Silva Cayres – Presidente  
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC  
Carlos Eli Scopim – Vice-presidente  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico  
de Osasco e Região  
Tadeu Moraes de Sousa - Secretário  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais  
Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes  
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor  
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região  
Alberto Soares da Silva – Diretor  
STI de Energia Elétrica de Campinas  
Zenaide Honório – Diretora  
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São  
Paulo (Apeoesp)  
Pedro Celso Rosa – Diretor  
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de  
Material Elétrico de Veículos  
e Peças Automotivas de Curitiba  
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor  
Sindicato dos Eletricitários da Bahia  
José Carlos de Souza – Diretor  
STI de Energia Elétrica de São Paulo  
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor  
Femaco – FE em Serviços de Asseio e  
Conservação Ambiental Urbana  
e Áreas Verdes do Estado de São Paulo  
Mara Luzia Feltes – Diretora  
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações,  
Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do  
Sul  
Josinaldo José de Barros – Diretor  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais  
Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa  
Isabel  
Eduardo Alves Pacheco – Diretor  
Confederação Nacional dos Trabalhadores em  
Transportes da CUT - CNTT/CUT

##### **Direção técnica**

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico  
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e  
desenvolvimento  
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de  
relações sindicais  
Nelson Karam – coordenador de educação  
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas  
Claudia Fragozo dos Santos – coordenadora  
administrativa e financeira

##### **Equipe técnica**

Airton Gustavo dos Santos  
Altair Garcia